



PERSPECTIVA NA QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES NA EJA

Morais, José Vinícius dos Santos¹; Fraga, Janiele Santos²; Alves, Alessandra Conceição Monteiro³

¹ Discente, IFS – Instituto Federal de Sergipe. vinimorais1993@hotmail.com;

²Discente, IFS – Instituto Federal de Sergipe, janielefraga@hotmail.com;

³Docente, IFS – Instituto Federal de Sergipe, alvesalessandraedu@gmail.com

EIXO TEMÁTICO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EJA

RESUMO

Este estudo procurou investigar as perspectivas de professores alfabetizadores da EJA a partir das contribuições do Documento Nacional da Educação de Jovens e Adultos (EJA), segundo as contribuições teóricas de Emília Ferreiro e Paulo Freire que são considerados ícones norteadores da ascensão social com orientações detalhadas sobre como abordar os conteúdos de alfabetização e fazer sua adequação aos diferentes níveis de aprendizagem dos alunos e a Educação Jovens e Adultos. O objetivo deste artigo foi analisar a formação docente e analisar o documento de Base Nacional do PROEJA na ótica dos professores. Os dados quantitativos e qualitativos obtidos auxiliaram na análise e discussão das especificidades dessa modalidade e na compreensão dos problemas a partir da percepção dos atores envolvidos na pesquisa possibilitando identificar, as fragilidades da política de alfabetização.

Palavras-chave: Documento Nacional da Educação de Jovens e Adultos (EJA); Formação Continuada, Educação e alfabetização.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação de adultos se constitui como tema de política educacional sobretudo a partir dos anos 40. A menção à necessidade de oferecer educação aos adultos já aparecia em textos normativos anteriores, como na pouca duradoura Constituição de 1934, mas é na década seguinte que começaria a tomar corpo, em iniciativas concretas, a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população até então excluídas da escola. Essa tendência se expressou em várias ações e programas governamentais, nos anos 40 e 50. Além de iniciativas nos níveis estadual e local, merecem ser citadas, em razão de sua amplitude nacional: a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, do Serviço de Educação de Adultos e da Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947, da Campanha de Educação Rural iniciada em 1952 e da Campanha Nacional de Erradicação do



Analfabetismo em 1958. Um dos componentes mais significativos do atendimento educativo preconizado pela Lei 5692/71 àqueles que não haviam realizado ou completado na idade própria a escolaridade obrigatória foi a flexibilidade. Prevista na letra da lei, ela se concretizou na possibilidade de organização do ensino em várias modalidades: cursos supletivos, centros de estudo e ensino a distância, entre outras. Nos cursos, frequentemente vigoram a seriação, a presença obrigatória e a avaliação no processo; sua característica diferencial é a aceleração, pois o tempo estipulado para a conclusão de um grau de ensino é, no mínimo, a metade do previsto para o sistema regular.

O PROEJA surge no intuito de assegurar essa formação como um direito de oferta pública e gratuita, democratização do acesso e garantia da permanência, afirmando o compromisso de redução das desigualdades sociais existentes no país que se manifestam na distribuição de renda, bens e serviços. Apresenta ainda, o compromisso com uma escola pública de qualidade, com democratização da gestão e com a valorização docente conforme expressa no seu documento base (BRASIL, 2006b)

O Programa de Integração da Educação Profissional a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído pelo Decreto Federal nº 5.840/06, com o objetivo expresso de atender aos jovens e adultos com mais de 18 anos que não puderam concluir a educação básica na idade considerada apropriada, apresenta a possibilidade de integração da formação geral com a formação para o trabalho num mesmo curso. Foi instituído como política de inclusão, numa perspectiva de justiça social para os jovens e adultos trabalhadores que ficaram à margem do processo de escolarização e com o compromisso de emancipação, conforme expressam seus documentos legais de criação (BRASIL, 2006a). O Decreto nº 5840/06 instituiu o PROEJA no âmbito federal e revogou o Decreto nº 5.478/05 (BRASIL, 2005), deixando evidente tratar-se de mais um programa de inclusão social da política da reforma do ensino profissional do Governo Lula, voltada a uma população tradicionalmente excluída da educação escolar que havia ultrapassado a idade regular de escolarização. Ter como propósito o resgate da dívida social acumulada ao longo do tempo junto à classe trabalhadora e atribuir à educação uma amplitude e complexidade



dessas dimensões, são elementos que atestam as contradições entre o discurso e a realidade desse programa.

O histórico da EJA no Brasil perpassa a trajetória do próprio desenvolvimento da educação e vem institucionalizando-se desde a catequização dos indígenas, a alfabetização e a transmissão da língua portuguesa servindo como elemento de aculturação² dos nativos (PAIVA, 1973). Na tentativa de caracterizar as peculiaridades locais e identificar as necessidades específicas de um grupo social, para entendê-lo e então atuar efetivamente na perspectiva da educação popular, urge compreender o homem como:

[...] um ser de relações “temporalizado e situado”, ontologicamente inacabado – sujeito por vocação, objeto por distorção -, descobre que não só está na realidade, mas também que estão com ela [...] o homem e somente o homem é capaz de transcender, de discernir, de separar órbitas existentes diferentes, de distinguir o “ser” do “não ser”; de travar relações incorpóreas. Na capacidade de discernir estará a raiz da consciência de sua temporalidade, obtida precisamente quando atravessando o tempo, de certa forma até então unidimensional, alcança o ontem, reconhece o hoje e descobre o amanhã (FREIRE, 1983, p. 62).

Nas políticas públicas aligeiradas que observamos hoje no Brasil, a modalidade de ensino que constitui a EJA apresenta-se como um direito do cidadão, tentando afastar-se da ideia de compensação e assumindo a reparação e equidade, aprendizagem e qualificação permanentes e não de caráter suplementar, mas fundamental e essencial a sua existência.

Este artigo pretende refletir sobre alguns desafios da formação do educando da EJA diante da complexidade do novo, do mundo, do trabalho, as perspectivas de professores alfabetizadores da EJA a partir das contribuições do Documento Nacional da Educação de Jovens e Adultos (EJA), segundo as contribuições teóricas de Emilia Ferreiro e Paulo Freire que são considerados ícones norteadores da ascensão social e profissional dos alunos alfabetização de Jovens e Adultos.

Emilia Ferreiro na década de 1980 realizou várias pesquisas tratando da mesma problemática com os adultos. Seu intuito foi o de identificar os processos cognitivos



implicados na aquisição da escrita, compreender a natureza das hipóteses de escrita dos adultos, descobrir o tipo de conhecimento que o adulto possui antes de iniciar processos formais de alfabetização. Seu trabalho teve grande repercussão e influenciou a elaboração de propostas curriculares, programas de formação de educadores, materiais didáticos para estudantes e professores, pesquisas sobre aquisição da escrita por jovens e adultos.

Ferreiro (1985; 1995) explica o processo de alfabetização a partir de três grandes períodos fundamentais, no interior dos quais são construídas hipóteses que vão marcar as produções escritas dos alfabetizandos, nos diferentes períodos/níveis de construção. De acordo com Ferreiro (1995), tais períodos são caracterizados:

- ✓ Pela distinção entre a representação icônica e não-icônica e pela construção de formas de diferenciação intra-figural;
- ✓ Pela construção de formas de diferenciações inter-figurais;
- ✓ Pela fonetização da escrita.

Ferreiro (1999, p.47) afirma que “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola é que não termina ao finalizar a escola primária”. A autora defende que, de todos os grupos populacionais as crianças são as mais facilmente alfabetizáveis e estão em processo contínuo de aprendizagem, enquanto que os adultos já fixaram formas de ação e de conhecimento mais difíceis de modificar ressalta ainda que:

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita. (Ferreiro, 1999, p.23)

De acordo com Paulo Freire o ensino do EJA, ele tem que está ligado a formar um cidadão mais crítico para a sociedade que traga e consiga trazer resultados para sua comunidade, que consiga também resolver problemas culturais encontrado no cotidiano e que prepare-o para o mercado de trabalho. O método Paulo Freire chamava a atenção



dos educadores e políticos, pois seu método acelerava o processo de alfabetização de adultos e tinha como ponto fundamental as palavras geradoras, sendo assim podemos dizer que seu método consiste em três momentos entrelaçados: O primeiro momento é a investigação temática, pela qual professor e aluno buscam, no universo vocabular do educando e da sociedade onde vive as palavras e temas centrais de sua biografia. Esta é a etapa da descoberta do universo vocabular, em que são levantadas as palavras e temas geradores relacionados com a vida cotidiana dos alfabetizandos e do grupo social a que eles pertencem. Essas palavras geradoras são selecionadas em função da riqueza silábica, do valor fonético e principalmente em função do significado social, trazendo a cultura do aluno para dentro da sala de aula. O segundo momento a tematização, pela qual professor e aluno codificam e decodificam esses temas, buscando seu significado social, tomando assim consciência do mundo vivido e é nesta fase que são elaboradas as fichas para a decomposição das famílias fonéticas dando para a leitura e a escrita.

O terceiro, a problematização na qual eles buscam superar uma primeira visão mágica por uma visão crítica, partindo para a transformação do contexto vivido, nesta ida e vinda do concreto para o abstrato e do abstrato para o concreto, volta-se ao concreto problematizando, descobrindo limites e possibilidades existenciais captadas na primeira etapa. A realidade opressiva é experimentada como um processo passível de superação, a educação para a libertação deve desembocar na práxis transformadora. (FREIRE, 1979, p.72).

Através destes momentos desenvolveu-se a pesquisa na perspectiva da qualificação do professor na EJA, com a investigação temática acerca do Documento de Base Nacional da EJA com discussões e reflexões de quem são os sujeitos desta educação. Sabe-se que falar de EJA é reconhecer os diferentes grupos sociais que não são escolarizados e seus saberes, reconhecer suas diferenças e semelhanças em relação a outros grupos ou aos letrados. Com certeza, grupos muito mais heterogêneos que os de crianças, para os quais o mundo ainda está se apresentando. Homens e mulheres já tem construídas visões de mundo, já tem suas estruturas mentais elaboradas a partir das quais compreendem o mundo e o si mesmos no mundo. Trabalhar com EJA é ter tudo isso em conta e saber o que ensinar e o porquê, levando em conta os saberes que estes



educandos já tem, fazendo-os reconhecer estes múltiplos saberes, sua validade para a vida e seus limites. Este seria o ponto de partida para qualquer prática educativa em EJA: educadores e educandos se reconhecerem enquanto sujeitos portadores e produtores de cultura, de saberes.

Contudo a escolha do tema da pesquisa, que é a tematização e para tanto as questões problematizadoras, que permitem ao educando um momento de reflexão sobre os objetos de conhecimento que serão abordados, acredita-se que está reflexão é baseada em seus conhecimentos preexistentes, lembra-se ainda que devem ser valorizados os conceitos trazidos pelos educandos da EJA, muito embora, por vezes estes equivocados, desta forma se potencializam discussões importantes para a construção do conhecimento. E tendo consciência de que quando escolhemos ser educadores, professores de jovens e adultos, assumimos um compromisso que nem sempre é claro para nós. Fazer formação de professores em EJA é partir desta reflexão de quem somos, que visões de mundo, de educação, de jovens e adultos temos, que desejos nos levam-nos a interessarmos por esta área de atuação. É nos voltarmos para nós mesmos, é nos reconhecermos em nossa transitoriedade e inacabamento enquanto seres humanos, é saber da importância e da profundidade desta tarefa que é educar.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste artigo, a metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa, exploratório investigativa que analisa as abordagens didáticas e metodológicas adotadas pelo docente na prática educativa. Como já mencionado tivemos como base Paulo Freire, Emilia Ferreiro e o Documento de Base Nacional da Educação de Jovens e Adultos. A ideia de se incluir o estudo de documentos enquanto possibilidade da pesquisa abordagem qualitativa oferece três diferentes possibilidades de se realizar pesquisa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. Considerando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. Nesse sentido, acreditamos que a pesquisa documental representa uma



forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Além disso, os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo portanto atenção especial. Como comumente pensamos que o trabalho de pesquisa sempre envolve o contato direto do pesquisador com o grupo de pessoas que será estudado, esquecemos que os documentos constituem uma rica fonte de dados. O exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental. (GODOY, Arilda Schmidt., 1995).

Aplicação de questionários semi-estruturados no estudo de caso como aborda Eisenhardt (1989) descreve o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa que se concentra na compreensão dos fatos presentes em senários únicos, combinando métodos de coleta como análise de documentos (Base Nacional da EJA), entrevistas, questionários e observações, podendo a evidencia ser quantitativa, qualitativa ou ambas.

Este questionário semi-estruturado foi construído/planejado em um primeiro momento analisou-se o Documento Base Nacional da EJA após a análise planejou-se o que seria mensurado (o objetivo da pesquisa, definir assunto da pesquisa no questionário), em um segundo momento formulou-se as perguntas após uma grande discussão/reflexão a cerco do Documento para obter as informações necessárias, no terceiro momento definiu-se o texto e a ordem das perguntas e o aspecto visual do questionário, no quarto momento testamos o questionário conosco e com a orientadora para ver em relação a omissão e ambiguidade das perguntas e um último momento caso corrigiu-se alguns problemas encontrados e após a finalização foi aplicado.

Contudo, após aplicação dos questionários semi-estruturados, colhemos os dados e houve a tabulação de dados como mostra a seguir.

RESULTADO



Após a formulação do questionário semi-estruturado e com uma pequena entrevista, realizamos no Colégio Estadual X, da cidade de Lagarto/SE. Onde na ocasião aplicou-se o mesmo a 6 professores de diversas áreas do ensino (Humanas e Exatas), o questionário possuía 7 perguntas abertas e dicotômicas como mostra a imagem abaixo:

2. Você obteve alguma formação continuada?
() Sim (X) Não

3. Sua formação continuada tem relação com o ensino da EJA?
() Sim (X) Não

4. Você utiliza materiais não tradicionais na sala de aula? Se sim quais?
(X) Sim () Não
Quais?
Quando possível, (a escola dispõe de apenas um data show para todos os professores). Data show, notebook, TV, DVD.

5. Você tem conhecimento do documento de base nacional "Desafios da Educação de Jovens e Adultos"?
(X) Sim () Não

6. Você se baseia nas orientações deste documento?
() Sim (X) Não
Quais?

7. Você sente seus alunos motivados pelo programa?
() Sim (X) Não

8. O EJA dá subsídios para os alunos ingressarem no mercado de trabalho?
() Sim (X) Não

9. Você articula o conteúdo dado com a realidade do aluno?
(X) Sim () Não

10. Considerando sua experiência dentro do programa EJA, pontue pontos positivos e negativos.
** Positivos:*
- Interação com o público adulto;
- Possibilidade de aprender com as experiências dos alunos;
** Negativos:*
- Carga horária;
- Falta de recursos materiais;

Figura 01: Questionário preenchido por uma professora.

Dentre os seis professores que lecionavam nas turmas de EJA daquela Escola, 6 (seis) professores na faixa etária de 26 a 43 anos, todos ensinam na sua área de formação com exceção da pedagoga do colégio que trabalha na secretaria.

Dentre estes (seis) professores 2 (dois) tiveram formação continuada e os demais não possuem formação continuada. Destas formação continuadas nenhuma foi relacionada ao EJA.



Dos 6 (seis) professores 5 (cinco) usam matérias não tradicionais sendo eles Datashow, filmes, notebook, tv, mapas, globos, musicas, textos, manchetes de jornais entre outros aparatos.

Quando questionados em relação ao Documento Base Nacional, de todos os professores entrevistados 4 (quatro) tinha conhecimento sobre o mesmo, sendo dos demais professores entrevistados um conhece superficialmente o documento e o outro desconhece. Os mesmos foram questionados se baseia-se em suas aula na EJA em cima deste documento, e obtivemos como resposta que 4 (quatro) não se baseia nas orientações desse documento e dos demais um baseia-se em um documento do Estado que segundo o entrevistado estava em construção e o outro disse que segue o Documento de Base Nacional.

Quando questionados se o EJA traz motivação para os alunos, dentre os 6 (seis) professores entrevistados 5 (cinco) disseram que o programa EJA motiva os alunos a quererem retomar seus estudos interrompidos por algum motivo e um professor falou que o programa não motiva os alunos. Ainda seguindo esta mesma área de raciocínio, foi perguntado se o programa da EJA dá subsidio para os alunos ingressarem no mercado de trabalho dos quais 4 (quatro) responderam que sim, o programa possibilitam no final estarem preparados para o mercado de trabalho e dois professores afirmam que não estarão preparados para o mercado de trabalho.

E questionados se suas aulas na EJA são relacionadas com o cotidiano dos alunos, os 6 (seis) professores afirmaram que sim, relacionam o assunto ministrado da aula com o dia-a-dia dos alunos, para que eles possam relacionar a teoria com a pratica.

De acordo com os resultados e na perspectiva de contribuir com o programa da Educação de Jovens e Adultos, entendemos que não é possível continuarmos improvisando educadores na modalidade de alfabetizadores de jovens e adultos. O Documento Nacional da EJA, estimula a expressão da subjetividade do aluno e apresenta propostas para desenvolver um trabalho de ensino aprendizagem inter-relacionado a vida e o cotidiano do aluno e seus aspectos culturais. Destaca-se a necessidade do docente trabalhar e conhecer as normas legais e diretrizes da modalidade EJA, visto que às exigências previstas no documento, estabelece o respeito às



especificidades e a pluralidade cultural do discente inserido no campo da EJA, bem como impulsionando uma nova postura docente, a si mesmo e ao conhecimento do aluno que chega neste espaço de continuidade escolar.

Por tanto antes de quaisquer considerações, julgamos pertinente frisar algumas ideias e opiniões que amadureceram durante o desenvolvimento deste artigo e que, em vários momentos, nos incomodaram, fazendo-nos regressar ou buscar outras fontes para subsidiar nossas ideias. A conclusão desta pesquisa e, conseqüentemente, as diversas opiniões encontradas, não implicam responder as nossas inquietações sobre perspectiva na qualificação do professor na EJA. Ao contrário; nossas preocupações, agora, estão além do nosso conhecimento. Estão em outros níveis e espaços muito mais complexos, uma vez que, a partir das muitas leituras realizadas, temos a responsabilidade de contribuir ainda mais para a efetivação do processo de formação de professores na EJA.

Neste contexto, o presente artigo precisa ser entendido como um produto parcial e inacabado, cujo resultado final parece distante, uma vez que nossas angústias, como dissemos, aumentaram e transcendem nossa compreensão de quais tenham sido, de fato, as contribuições do Documento de Base Nacional da EJA, Emilia Ferreiro e Paulo freire influenciaram ou influenciam no docente da EJA. Porém o que vemos muitas vezes são professores que ensinam na EJA sem formação para a mesma e alguns discentes que ensinam muitas vezes para cumprir carga horário ou por opção a esta modalidade de ensino. E tendo ainda aqueles que ensinam na EJA e que possuem formação continuada e também nada relacionado a esta modalidade de ensino. Mas isso tem que ser alterado na fase inicial, há graduação inserindo na grade curricular matérias, projetos e dentre outros meios voltados para a Educação de Jovens e Adultos.

Contudo, nossas última consideração ressalta que os resultados obtidos nesta pesquisa sugerem que as professoras e os professores da Educação de Jovens e Adultos precisam estar mais bem preparados para lidarem com estas jovens e adultos, que na sua maioria são trabalhadores rurais ou urbanos que trabalham o dia todo e buscam forças para retomada dos estudos que por motivos não teve na idade regular e para isso estão buscando progredir e sendo alfabetizados(as) e preparados(as) para ser cidadãos conscientes, críticos e humanos. Acreditamos que devem privilegiar a formação contínua como principal instrumento de acesso a todo tipo de informações que possam



subsidiar seu trabalho em sala de aula. Todos os docentes têm o direito de buscar informações acerca da temática, realizar formação contínua e discutir com os pares diferentes experiências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documento Base Nacional – Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docbase.pdf acessado em: 07 de agosto de 2016.

FERREIRO, Emilia TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

SILVA, Lucimar Antonia – Contribuições de Paulo Freire para a Educação:
<http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/Contribui%C3%A7%C3%B5es-de-Paulo-Freire-para-a-Educa%C3%A7%C3%A3o.aspx> acessado em: 06 de agosto de 2016.

Macedo, Campelo, - Psicogênese da língua escrita: as contribuições de Emilia Ferreiro à alfabetização de pessoas jovens e adultas: <http://27reuniao.anped.org.br/gt18/t181.pdf> acessado em: 07 de agosto de 2016.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005
_____. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1993.

FREIRE, P. Educação e mudança. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa - tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

Moreira, Geraldo Eustáquio - O processo de alfabetização e as contribuições de Emília Ferreiro: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/viewFile/5041/3838> acessado em: 15 de dezembro de 2016.